

Um pacto pelo trabalho decente

No dia 13 de agosto, siderúrgicas do Pará e do Maranhão assinaram, em Brasília, um compromisso de combate ao trabalho escravo em sua cadeia produtiva. O documento foi subscrito por 15 empresas integrantes da Asica (Associação das Siderúrgicas de Carajás), sindicatos e diversas entidades da sociedade civil, além de órgãos governamentais. O evento, que fez parte da agenda da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, representou um importante passo rumo à erradicação do trabalho escravo e do trabalho degradante no país.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), há cerca de 25 mil brasileiros trabalhando em regime de escravidão. Essas pessoas são aliciadas nos municípios mais pobres do país e levadas para fazendas distantes. Lá, não recebem salário definido e são obrigadas a trabalhar para pagar gastos com transporte, alimentação e moradia, contraindo uma dívida que nunca é quitada. Além disso, são submetidas a péssimas condições de vida, sem assistência médica e muitas vezes sem banheiro no local de trabalho. A distância dessas propriedades das cidades de origem, a vigilância constante de homens armados e outras formas de coação dificultam a fuga dos escravos contemporâneos.

Parcela significativa desses trabalhadores encontra-se em carvoarias ilegais localizadas na floresta amazônica. Elas produzem carvão vegetal, base da cadeia produtiva do aço, e são controladas por 13 siderúrgicas com sede no Maranhão e no Pará. A Amazônia brasileira atrai os investimentos do setor devido à abundância de ferro, extensa floresta e mão-de-obra barata.

A partir da queima de madeira nativa, as carvoarias fornecem matéria-prima para a produção de ferro gusa, liga de ferro e carbono utilizada principalmente pela indústria automobilística. O Brasil produz o melhor gusa do mundo, abastecendo um mercado que movimenta, somente na região Norte, cerca de 400 milhões de dólares por ano. Infelizmente, alimenta também focos de exploração humana inaceitáveis, condenados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT.

O governo federal tem investido na erradicação do trabalho escravo. Desde o início do mandato do presidente Lula, cerca de 6.500 pessoas foram libertadas dessa condição. O Ministério do Trabalho e Emprego cortou o acesso ao crédito oferecido pelos fundos oficiais a produtores rurais que mantêm trabalhadores em situação degradante. Está em

www.nossasaopaulo.org.br e www.cidadessustentaveis.org.br

**RE
DE
NOSSA
SAOPAU
LO**



PROGRAMA
CIDADES
SUSTENTÁVEIS

estudo resolução que proíbe bancos públicos e privados de emprestarem dinheiro a exploradores do trabalho escravo.

Para o movimento de responsabilidade social empresarial, a existência de trabalho escravo deve ser combatida por todos os elos da cadeia produtiva a que pertence a empresa. A promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente são imprescindíveis para realizar uma gestão empresarial sustentável, e isso envolve seus fornecedores, clientes e outros parceiros.

Ao assinar a carta pelo fim do trabalho escravo na produção do carvão vegetal, as empresas ligadas ao setor siderúrgico, juntamente com organizações representativas da sociedade, assumem dez compromissos que visam a dignificação, formalização e modernização do trabalho na cadeia produtiva do setor siderúrgico. Entre as medidas assumidas estão o monitoramento das carvoarias, a definição de metas para regularizar as relações de trabalho e a imposição de restrições comerciais contra as empresas que utilizam mão-de-obra escrava. O acordo prevê, ainda, a realização de campanhas de prevenção ao aliciamento dos trabalhadores e a análise, daqui a um ano, dos resultados obtidos.

Em 1996, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social engajou-se na campanha pela erradicação do trabalho infantil na cadeia produtiva do suco concentrado de laranja. O compromisso público foi assinado por várias entidades governamentais e não-governamentais, além de sindicatos e entidade empresariais do setor citrícola. Hoje, é com orgulho que podemos afirmar que a campanha foi bem-sucedida e que a mão-de-obra infantil não faz mais parte do conjunto de trabalhadores da citricultura. Por isso, temos a convicção que essa nova parceria entre poder público e sociedade marca o início de um processo que culminará com a extinção de uma prática que, seguramente, envergonha a todos os brasileiros.

Oded Grajew